

CEDI - P. I. B.  
DATA 04/05/93  
COD Waimiri/Atroari

Manaus, terça-feira, 4 de maio de 1993

414

## Eletronorte deve ser processada pelo Município

O vereador José Rayol (PL), defendeu ontem que o Município de Manaus vá à Justiça Federal contra a Eletronorte para que a madeira do lago da Hidrelétrica de Balbina seja retirada para evitar o que ele chamou de "caos na geração de energia elétrica e ao grave prejuízo sócio-econômico à população".

A maior preocupação do vereador é de que, em consequência do apodrecimento da madeira que está submersa, a qualidade da água do lago possa acabar corroendo as turbinas e outras peças da hidrelétrica, deixando Manaus sem energia. Cerca de 70 por cento de toda a energia consumida em Manaus vem de Balbina e, se a hidrelétrica parar, param também todas as principais atividades econômicas. Também causaria mais desemprego e proibiria novos empreendimentos comerciais e industriais na cidade.

José Rayol chamou de criminosa a falta de resposta da Eletronorte para resolver o problema, porque considera as consequências imprevisíveis. "Sem geração de energia elétrica, Manaus perderá muito mais rapidamente a sua Zona Franca, os investimentos empresariais torna-se-ão inviáveis, a ordem sócio-econômica será avassaladoramente prejudicada, a miséria se multiplicará e Manaus voltará a ser porto de lenha".

Ele também citou a reportagem do jornalista Wilson Nogueira, publicada em A CRÍTICA, de domingo, sobre a situação das populações ribeirinhas do rio Uatumã, abaixo da hidrelétrica. A reportagem mostra que a vegetação submersa, já em decomposição, produz gases ácidos, causando a degradação ambiental. As águas podres, liberadas com a abertura semestral das comportas da barragem, geram espumas podres que matam os peixes, levando mais miséria para a população.

## Procurador avalia denúncias

O Procurador da República Carlos Frederico Sales prometeu no prazo de, no máximo, 10 dias o parecer jurídico do dossiê entregue ontem pela Funai sobre os danos provocados pela exploração de cassiterita no rio Alalaú, que afetaram a vida dos índios Waimiri-Atroari. Se forem comprovados os danos ecológicos denunciados, a empresa poderá sofrer uma ação civil pública e se necessário, até uma intervenção judicial.

O Procurador recebeu as de-

núncias de danos ecológicos que afetam neste momento os índios Waimiri-Atroari e prometeu dar no mais breve tempo possível, o parecer. "Vamos analisar o conteúdo das denúncias e, se necessário, poderemos empreender uma ação civil ou a intervenção", afirmou. Carlos Frederico disse que seriam tomados procedimentos administrativos para, de maneira mais rápida, concluir o parecer, baseado nas investigações necessárias.